

Acordo com credores privados é iminente

Givaldo Barbosa 14.6.92

Helival Rios

O acordo da dívida externa brasileira com os bancos privados estrangeiros deverá ser assinado nestes próximos dias, através de uma simples solenidade de assinatura em Nova Iorque, com a presença do ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, **Marcílio Marquês Moreira**. Para garantir o fechamento deste acordo, o Governo brasileiro derrubou, nas últimas horas, as barreiras surgidas nas negociações: aceitou elevar de 30 para 50% o nível do pagamento dos juros devidos à data de assinatura de acordo em diante. Para o período janeiro-junho deste ano, ficam valendo os 30% de pagamentos dos juros, anunciados unilateralmente pelo Governo brasileiro e aceitos pelos bancos.

Esta elevação do nível de pagamento dos juros a vencerem após a data de assinatura do acordo, de 30 para 50%, contudo, segundo constará do próprio acordo, ficará na dependência de aprovação do Senado Federal brasileiro. Uma vez aprovado, e somente após esta aprovação, começarão a ser pagos os 50% dos juros vencidos, sendo refinanciados os restantes 50%.

Os negociadores brasileiros insistiram na manutenção dos 30% de pagamentos dos juros, encontrando sempre, contudo, sérias resistências dos banqueiros, que se recusam a financiar os restantes 70%.

Na tentativa de acelerar a formalização do acordo da dívida externa com os bancos privados, o Governo brasileiro está aceitando, também, elevar as garantias concedidas aos bancos para US\$ 3,2 bilhões.

Desse total que permanecerá em depósitos especiais em nome do

A DÍVIDA BRASILEIRA

Especificação	1989	1990	1991 Jun
1. Bancos Comerciais Estrangeiros.....	71 849	71 999	68 913
Dívida Registrada.....	56 811	50 943	47 967
Dívida Não-Registrada 1/.....	15 038	21 056	20 946
2. Bancos Brasileiros.....	6 500	6 998	7 412
Dívida Registrada.....	6 380	6 913	7 301
Dívida Não-Registrada 1/.....	120	85	111
3. Instituições Não-Bancárias.....	36 747	42 032	39 343
Dívida Registrada.....	36 094	38 690	34 625
Dívida Não-Registrada.....	653	3 342	4 718
4. Total (1 + 2 + 3).....	115 096	121 029	115 668
Dívida Registrada.....	99 285	96 546	89 893
Dívida Não-Registrada.....	15 811	24 483	25 775

1/ A distribuição entre bancos brasileiros e bancos estrangeiros é estimada.

Brasil, US\$ 1,6 bilhão será prove-niente de empréstimos adquiridos pelo Governo brasileiro junto a organismos internacionais, entre eles o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Bird (Banco Mundial).

A outra metade dos recursos alocados como garantia do acordo será desembolsada pelo próprio Governo brasileiro, o que vai representar a indisponibilidade de US\$ 1,6 bilhão no total das reservas externas do País, hoje estimadas em aproximadamente US\$ 18 bilhões (pelo conceito de caixa).

Último acordo

Até agora, o Governo Collor já formalizou a realização dos principais acordos da dívida externa brasileira. O primeiro, com o FMI (Fundo Monetário Internacional), que inclusive serviu de aval para sinalizar os demais acordos, funcionando como uma aprovação das contas e do programa econômico brasileiro, em nível internacional. O segundo acordo importante a ser

formalizado foi com o Clube de Paris, que reúne entidades governamentais dos países desenvolvidos.

O terceiro e último acordo para o refinanciamento do total da dívida externa brasileira diz respeito aos bancos privados estrangeiros, aos quais o Brasil deve US\$ 68,91 bilhões, submetendo-se a juros (pela libor) de 5% ao ano. Desse "estoque", contudo, US\$ 47,96 bilhões referem-se à dívida registrada (longo prazo) e US\$ 20,95 da dívida não-registrada (curto prazo).

A dívida externa total do Brasil está contabilizada em US\$ 115,66 bilhões, incluindo-se os débitos de US\$ 7,4 bilhões aos bancos brasileiros no exterior; e US\$ 39,3 bilhões às instituições não-bancárias.

Expectativas

Com a formalização do acordo do Governo brasileiro com os bancos estrangeiros privados, a se concluir nos próximos dias, segundo expectativa do Banco Central, o Brasil praticamente normaliza o seu relacionamento com a comuni-

dade financeira internacional.

Como consequência disto, o País pode voltar a atrair uma série de investidores tradicionais que se haviam afastado do País nos últimos dez anos, em razão de as irregularidades apontarem para uma avaliação negativa do País, considerando-o uma área de alto risco.

Com a normalização do relacionamento com a comunidade financeira internacional, o País deixa de ser área de alto risco e passa a conviver com outros países ao nível de igualdade, passando a disputar financiamentos e investimentos dos quais hoje se encontra excluído.

Esse recredenciamento do Brasil à nível internacional como tomador de novos recursos será extremamente útil para que o País reforce sua capacidade de poupança para enfrentar um novo período de retomada do crescimento econômico, provavelmente a partir de 1993.

Na realidade, o Brasil já vem usufruindo de um processo crescente de normalização do seu relacionamento com a comunidade financeira internacional, desde as assinaturas dos acordos com o FMI e Clube de Paris, feitos respectivamente, em dezembro de 1991 e em abril deste ano.

Várias empresas brasileiras de primeira e de segunda linhas, em razão dessa crescente normalização do relacionamento do País com a comunidade, têm conseguido, com relativa facilidade, colocar suas ações nos mercados internacionais da Europa e dos Estados Unidos. Com a formalização do acordo com os bancos privados, essa colocação de títulos brasileiros lá fora (Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, Riocel etc.) deve ser incrementada.



Marcílio vai a Nova Iorque para fechar acordo com os credores